DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.MJMS-4267/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/7424/2015
PROTOCOLO	:	1598214
ÓRGÃO	:	CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA
ORDENADOR DE DESPESAS	:	FRANCISCO CEBALHO MEDEIROS
CARGO DO ORDENADOR	:	PRESIDENTE DA CÂMARA
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 07/2015
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADA	:	FIXA COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E DEMAIS VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 160.000,00

DECISÃO SINGULAR. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. LEGALIDADE E REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre o Contrato nº 07/2015, formalizado entre as partes em 06/04/2015 entre a **Câmara Municipal de Miranda/MS** e a pessoa jurídica **Fixa Comunicação e Eventos LTDA.**, objetivando a contratação de empresa de publicidade e demais veículos de divulgação, com valor contratual no total de R$ 160.000,00

Para tanto, realizou-se o Procedimento Licitatório na modalidade de Tomada de Preços sob o nº 03/2015, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria, emitiu sua Análise ANA – 6ICE – 8257/2015, opinando:

> *"1 – Pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório (**1ª FASE**), nos termos do artigo 120, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS N° 76/2013;*

*2 - Pela **regularidade** e **legalidade** da formalização do Contrato (**2ª FASE**), nos termos do artigo 120, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS N° 76/2013".*

Por sua vez, o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer PAR-MPC – GAB.6 DR.JAC – 6357/2015, assim concluiu:

- **Pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento contratual**.

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É O RELATÓRIO.

A presente análise recai sobre a **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório e da formalização do Contrato n° 07/2015 (1ª e 2ª fases).

Constata-se, por meio da documentação juntada, que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do contrato (1ª e 2ª fases).

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** e a ***legalidade*** do procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços sob o nº 03/2015 (1ª **fase**), nos termos do art. 120, inciso I da Resolução Normativa nº 76, de

11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/12;

2) Declarar a ***regularidade*** e a ***legalidade*** da formalização do Contrato nº 07/2015 **(2º fase)**, nos termos do art. 120, inciso II, também da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/12;

3) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

Nos termos do artigo 70, § 2º do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais, observando-se que, após, devem os autos serem encaminhados à inspetoria competente para análise da execução contratual (3ª fase).

É a Decisão.

Campo Grande, 01 de julho de 2015.

Conselheira Marisa Serrano
R E L A T O R A

Pri.